



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Ofício Circular n.º 027/2017-CJCI

Belém, 14 de fevereiro de 2017.

Processo nº 2017.7.000390-8

Ao Senhor
Oficial do Cartório Extrajudicial de Registro Civil

Senhor(a) Oficial,

O Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc é uma base de governo que tem por finalidade captar, processar, arquivar e disponibilizar dados relativos a registros de nascimento, casamento, óbito e natimorto, produzidos pelos cartórios de registro civil das pessoas naturais.

A plataforma visa apoiar e otimizar o planejamento e a gestão de políticas públicas que demandem o conhecimento e a utilização dos dados relativos a registro civil, proporcionando a troca de informações entre cartórios e Poder Público.

Assim, para que isso ocorra, os cartórios extrajudiciais de registro civil devem proceder a alimentação contínua do sistema, disponível no sítio eletrônico **www.sirc.gov.br**.

A inclusão de dados pelos cartórios no SIRC é obrigatória e, uma vez que muitos cartórios não estavam cumprindo com este ônus, o Conselho Nacional de Justiça encaminhou ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará despacho proferido no Pedido de Providências 0004644-54.2016.2.00.0000, determinando o envio de informações sobre as serventias que não estavam em dia, estabelecendo prazo para tanto.

Ressalte-se que esta Corregedoria de Justiça já encaminhou aos oficiais dos cartórios, anteriormente, os ofícios circulares 77/2016-CJCI e 091/2016-CJCI oferecendo ciência sobre a obrigatoriedade de alimentação do sistema em tela, sob pena de apuração de responsabilidade em caso de descumprimento.

Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior

Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Av. Almirante Barroso, nº 3089 – Sala TA – 14 (Térreo) – Bairro: Souza – Belém – Pará – CEP.: 66613-710 – TEL.: 3205-3535 – 3205-3324
E-mail: corregedoria.interior@tj.pa.gov.br

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions.

2. It is essential to ensure that all data is entered correctly and consistently across all systems.

3. Regular audits should be conducted to verify the integrity and accuracy of the information stored.

4. The second section outlines the various methods used to collect and analyze data from different sources.

5. These methods include manual data entry, automated data collection, and the use of specialized software tools.

6. The third part of the document describes the challenges associated with data management and storage.

7. These challenges include data redundancy, inconsistent data formats, and the need for secure storage solutions.

8. Finally, the document concludes with a summary of the key findings and recommendations for improving data management practices.

9. The following table provides a detailed overview of the data sources and the methods used to collect them.

10. The data is organized into several categories, each with its own set of sub-categories and associated data points.

11. The table below shows the results of the data collection process, including the number of records collected and the average time taken for each entry.

12. The data shows a significant increase in the number of records collected over the period, indicating a growing volume of data.

13. The average time taken for each entry has also decreased, suggesting that the data collection process has become more efficient.

14. The table also highlights the challenges faced during the data collection process, such as data entry errors and incomplete records.

15. These challenges have been addressed through the implementation of data validation rules and the use of automated data collection tools.

16. The results of the data collection process are summarized in the table below, showing the overall performance and the impact of the improvements.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Deste modo, determino aos senhores que prestem informações a esta Corregedoria de Justiça sobre a regularidade da inclusão dos dados exigidos pelo SIRC, no prazo fatal de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de serem adotadas as providencias disciplinares apropriadas.

Atenciosamente,

JOSE ANTONIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior

